



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 07/2018

701 – ASSISTENTE TÉCNICO JURÍDICO

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

- VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS, ESTE CADERNO CONTENDO **40** QUESTÕES OBJETIVAS E **4** QUESTÕES DISSERTATIVAS, A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA OBJETIVA E A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA.
- VERIFIQUE SE ESTE CADERNO CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ SE INSCREVEU, HAVENDO DIVERGÊNCIA, INFORME, IMEDIATAMENTE, AO FISCAL DA SALA. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.
- VERIFIQUE SE O CONTEÚDO DESTE CADERNO ENCONTRA-SE COMPLETO E LEGÍVEL, HAVENDO DIVERGÊNCIA, INFORME, IMEDIATAMENTE, AO FISCAL DA SALA. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.
- PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA.
- O TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISSERTATIVA DEVERÁ SER FEITO COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, NO ESPAÇO RESERVADO PARA TAL. A ILEGIBILIDADE DA LETRA ACARRETERÁ PREJUÍZO À NOTA DO CANDIDATO.
- A DURAÇÃO DA PROVA É DE **4 HORAS**.
- A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA, APÓS TRANSCORRIDO O TEMPO MÍNIMO, ESTABELECIDO NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO.
- AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL AS FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA E DA PROVA DISSERTATIVA.

É EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO DE CELULAR E OUTROS APARELHOS ELETRÔNICOS NAS DEPENDÊNCIAS DO LOCAL DE PROVA.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. As conjunções são palavras invariáveis que estabelecem uma ligação entre duas orações. Sobre o assunto, analise a frase abaixo.

“**Para que**’ você me ouça bem, gritarei”.

O termo destacado é uma conjunção

- (A) proporcional.
- (B) consecutiva.
- (C) condicional.
- (D) final.

2. Chama-se crase o processo fonológico resultante do encontro de dois fonemas idênticos. A crase é regida por regras precisas que determinam seu emprego. Sobre o assunto, analise as frases abaixo.

_____ vezes, se punha a contemplar o céu a fim de conhecer o caminho dos astros.

Após muitos anos sem se ver, mãe e filha ficaram cara _____ cara.

Pergunte _____ ela se deseja viajar conosco.

Os marinheiros avistaram o farol _____ distância de 800 metros.

Com base nas regras de uso da crase, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- (A) Às / a / a / à
- (B) As / à / a / à
- (C) Às / à / a / a
- (D) Às / a / à / a

3. As figuras de linguagem procuram oferecer maior expressividade às construções textuais. Sobre o assunto, analise a frase abaixo.

“O amor rejuvenesceu ao ser bafejado pelo Cupido”.

Na frase acima é empregada uma

- (A) metonímia.
- (B) metáfora.
- (C) prosopopeia.
- (D) sinédoque.

4. A concordância nominal consiste na adaptação da palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. Sobre o assunto, analise as frases abaixo.

Nem uma nem outra obra _____ tanto elogio.

Ela _____ disse que estaria aqui.

Segue _____ a declaração da outra parte.

A alquimia é uma _____.

O cenário oferecia paisagens o mais belas _____.

Com base nas regras da concordância nominal, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- (A) merecem / mesma / anexo / pseudociência / possível
- (B) merecem / mesmo / anexa / pseudociência / possíveis
- (C) merecem / mesma / anexa / pseudociência / possíveis
- (D) merece / mesma / anexo / pseudociência / possível

5. Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam ortografia correta.

- (A) avido / pressindir / narcisismo / lusobrasileiro / pressunção.
- (B) ávido / prescindir / narcisismo / luso-brasileiro / presunção.
- (C) ávido / precindir / narcisismo / luso brasileiro / prezunção.
- (D) avido / prescindir / narcisismo / luso-brasileiro / presunção.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO

6. Conforme o disposto na Lei Complementar n.º 34/2011, serão considerados de efetivo exercício, exceto, para os processos de evolução funcional e estágio probatório, a serem disciplinados em lei própria, os afastamentos em virtude de

- I. doação de sangue, por uma vez ao ano.
- II. casamento, por 8 (oito) dias consecutivos.
- III. luto de 2 (dois) dias consecutivos, pelo falecimento de cunhados ou sogros.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

7. Conforme o disposto na Lei Complementar n.º 34/2011, o adicional de sexta parte será devido aos servidores após _____ anos ininterruptos de efetivo exercício exclusivamente municipal, calculado sobre a remuneração do servidor.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) 20 (vinte)
- (B) 25 (vinte e cinco)
- (C) 30 (trinta)
- (D) 35 (trinta e cinco)

8. Conforme o disposto na Lei Complementar n.º 34/2011, a ação disciplinar, quanto à advertência, prescreverá em

- (A) 60 (sessenta) dias.
- (B) 90 (noventa) dias.
- (C) 120 (cento e vinte) dias.
- (D) 180 (cento e oitenta) dias.

9. No tocante ao artigo 121 da Lei Complementar n.º 34/2011, perderá o direito às férias o servidor que, no período aquisitivo, houver gozado de licença para tratamento de saúde superior a _____ dias.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) 60
- (B) 90
- (C) 120
- (D) 180

10. No tocante ao artigo 128 da Lei Complementar n.º 34/2011, o prazo para interposição de recurso é de 15 (quinze) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida, e o prazo para demais atos a serem praticados pelo servidor é de _____ dias, salvo disposição legal em contrário.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) 5 (cinco)
- (B) 10 (dez)
- (C) 15 (quinze)
- (D) 20 (vinte)

ATUALIDADES

11. Em Curitiba, no Paraná, a Polícia Federal prendeu, no dia 17 de outubro, quatro suspeitos de produzir e distribuir a droga para vários Estados do Brasil, por correio.

(Portal G1).

A droga em questão é o(a)

- (A) ecstasy.
- (B) cocaína.
- (C) maconha.
- (D) LSD.

12. A iniciativa cidadã do coletivo Memory Gaps (Lacunas de Memória) causou polêmica ao exigir a destruição de um balcão construído, especialmente, para um discurso, em 1938, na fachada da prefeitura de Viena, na Áustria.

(Portal G1).

Tal discurso foi proferido por

- (A) Benito Mussolini.
- (B) Josef Stalin.
- (C) Saloth Sar.
- (D) Adolf Hitler.

13. Milhares de pessoas migraram do país, chegando à fronteira com o México, com destino para os Estados Unidos. Após momentos de tensão com policiais mexicanos, alguns conseguiram atravessar a fronteira, mas a maioria permaneceu presa no bloqueio montado pelas autoridades. A migração de cerca de quatro mil pessoas é fruto do medo de morrerem de fome ou assassinados em seu país pelas “maras” (gangues).

(Portal Uol).

O país desses refugiados é

- (A) Guatemala.
- (B) Haiti.
- (C) Honduras.
- (D) Nicarágua.

14. Manifestantes saíram às ruas de Londres, no dia 20 de outubro, para protestar a favor da realização de um referendo sobre os termos do plano de saída do Reino Unido da União Europeia.

(Portal Terra).

Sobre o tema, é correto afirmar que esse plano se chama

- (A) Britain plan.
- (B) UKexit.
- (C) Exit plan.
- (D) Brexit.

15. Pelo menos nove pessoas morreram e outras 123 ficaram feridas em vários ataques extremistas realizados em quatro províncias do país, durante as eleições parlamentares. Para garantir a segurança no pleito, o governo mobilizou em todo o país 70 mil soldados e policiais, explicou o porta-voz do Ministério de Interior, Najib Danish.

(Portal Terra).

O país em questão é

- (A) Jordânia.
- (B) Afeganistão.
- (C) Sudão.
- (D) Líbia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente

- (A) facilite ou concorra por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular.
- (B) permita ou facilite a aquisição, permuta ou locação de bem.
- (C) retarde ou deixe de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (D) ordene ou permita a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

17. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito da administração pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários não decai, salvo comprovada má-fé.
- (B) Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados, caso não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- (C) Atos administrativos podem ser imotivados, sem indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decorram de reexame de ofício.
- (D) Atos administrativos eivados de vício de legalidade devem ser revogados, respeitados os direitos adquiridos.

18. A modalidade de licitação em que interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é denominada

- (A) tomada de preços.
- (B) leilão.
- (C) concorrência.
- (D) convite.

19. Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, com acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação, obedecido o teto constitucional.
- (C) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de carreira, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de chefia, assistência e assessoramento.
- (D) O regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

20. Compete à câmara municipal o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou do Município ou dos Conselhos do Município, se houver. Assinale a alternativa correta sobre a eficácia do parecer prévio emitido por este órgão auxiliar.

- (A) Não tem eficácia impositiva, inclusive sua apresentação é dispensável, caso esteja prevista na Constituição Estadual.
- (B) Tem eficácia impositiva, independentemente de qualquer decisão do Poder Legislativo Municipal.
- (C) Não tem eficácia impositiva em qualquer hipótese, devido à separação dos Poderes da República.
- (D) Tem eficácia impositiva e somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da Câmara Municipal.

<p>21. De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização ordinária externa e interna do Município será exercida, dentro das esferas de suas competências, respectivamente, pelo</p> <p>(A) Ministério Público e pelo Poder Executivo Municipal. (B) Poder Legislativo Municipal e pelo Poder Executivo Municipal. (C) Tribunal de Contas do Estado ou do Município, se houver, e pela Câmara Municipal. (D) Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo Municipal.</p>	<p>26. Sobre os bens, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva. (B) São classificados como bens públicos de uso especial aqueles bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. (C) Os bens públicos de uso especial são, em regra, alienáveis. (D) São classificadas como voluptuárias as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem.</p>
<p>22. Nos exatos termos legais, a alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, constituindo ato de improbidade administrativa a sua inobservância, é de</p> <p>(A) 0,5% (meio por cento). (B) 1% (um por cento). (C) 1,5% (um e meio por cento). (D) 2% (dois por cento).</p>	<p>27. Representa situação de interrupção do prazo prescricional</p> <p>(A) o ato de distribuição de ação judicial. (B) a cobrança extrajudicial da obrigação, pelo credor. (C) o reconhecimento do direito pelo devedor, ainda que por ato extrajudicial. (D) o registro, em cartório, do instrumento que deu origem à obrigação.</p>
<p>23. De acordo com o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria pode ser instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, devendo a sua cobrança observar como limite</p> <p>(A) individual, o valor do IPTU pago, anualmente, pelo contribuinte. (B) individual, o valor do salário recebido, mensalmente, pelo contribuinte. (C) total, a despesa realizada com a obra pública correspondente. (D) total, o valor arrecadado com a cobrança de taxa pela prestação do serviço público específico e divisível.</p>	<p>28. É correto afirmar que a incorreção do valor da causa deve ser apresentada</p> <p>(A) por incidente processual. (B) como preliminar de mérito. (C) por petição autônoma, nos autos do mesmo processo. (D) na audiência preliminar.</p>
<p>24. Sobre as pessoas jurídicas, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis pelos atos de seus agentes, praticados no exercício de suas funções. (B) As fundações, organizações religiosas e partidos políticos são, em regra, pessoas jurídicas de direito público interno. (C) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a autorização ou aprovação do Poder Executivo. (D) No caso de dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.</p>	<p>29. Sobre os recursos no âmbito do processo civil, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É vedado, pelo ordenamento jurídico, que uma das partes recorra apenas se a outra recorrer. (B) Para desistência do recurso, é necessário, em regra, a anuência da parte contrária. (C) O prazo para interposição de recursos é, em regra, de 8 (oito) dias úteis. (D) O recurso pode ser interposto não apenas pela parte vencida, mas também pelo terceiro prejudicado.</p>
<p>25. Sobre o direito contratual, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Nos casos dos contratos paritários atípicos, não há o dever das partes de respeitarem os princípios da probidade e boa-fé. (B) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas ambíguas, contraditórias e as que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. (C) Aquele que estipula em favor de terceiro pode reservar-se no direito de substituir o terceiro designado, independentemente da anuência do outro contratante. (D) Em caso de vício redibitório, pode o alienante optar entre receber de volta a coisa ou abater proporcionalmente o preço, se possível.</p>	<p>30. Em determinado mandado de segurança, foi deferida medida liminar, pelo juiz de primeiro grau. O Município, que não é parte no mandado de segurança, vislumbrando que a liminar pode causar grave lesão à ordem pública, poderá</p> <p>(A) requerer, ao presidente do tribunal, a suspensão da execução da liminar. (B) interpor recurso de agravo. (C) interpor recurso de apelação. (D) interpor recurso especial.</p> <p>31. No que tange à edição de súmulas vinculantes e súmulas dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Ao editar enunciados de súmula, os tribunais não estão obrigados a observar as circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação. (B) Precedentes e súmulas originadas nos Tribunais são presumidamente públicas, dispensando qualquer dispêndio para a sua difusão. (C) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. Não se aplica essa regra quando se tratar de enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local. (D) A impugnação, por via de recurso extraordinário, de acórdão que contrarie súmula dominante do Supremo Tribunal Federal caracteriza repercussão geral, para fins de admissão.</p>

32. De acordo com o artigo 312, do Código Penal, apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, será penalizado com

- (A) reclusão, de dois a doze anos, e multa.
- (B) multa, apenas.
- (C) detenção, de três meses a um ano.
- (D) reclusão, de um a quatro anos.

33. Sobre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, segundo o Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, analise as proposições abaixo.

- I. Utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
- II. Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
- III. Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.
- IV. Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
- V. Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

34. Segundo o Código de Processo Penal, no artigo 268, em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no artigo 31 do mesmo diploma legal. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (C) Se o ofendido for maior de 21 anos, ou mentalmente enfermo, ou retardado mental, e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os daquele, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, somente a requerimento do Ministério Público, pelo juiz que primeiro tomar conhecimento do processo penal, independentemente de ser competente, por se tratar de medida urgente.
- (D) Se o ofendido for maior de 21 e menor de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido, somente por seu representante legal.

35. Em consonância com o artigo 58, do Código de Processo Penal, concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de _____ dia(s), se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará _____. Aceito o perdão, o juiz julgará extinta a punibilidade.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- (A) um / deliberação
- (B) dois / concessão
- (C) três / aceitação
- (D) quatro / desfeita

36. De acordo com os entendimentos sumulares do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado perderá o direito ao valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (B) Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo de repouso do empregado, e só serão remunerados como serviço extraordinário se expressamente acordado que nesse tempo o empregado está à disposição do empregador.
- (C) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
- (D) Se comprovado o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador, este está desobrigado ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade à empregada gestante.

37. De acordo com os princípios do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Em controvérsia de natureza trabalhista, o fato que está provado documentalmente dispensa a produção de outros tipos de prova, uma vez que prevalece a verdade formal.
- (B) Em regra, os direitos trabalhistas são irrenunciáveis em sua integralidade, podendo alguns deles, por sua natureza, ser renunciados em parte.
- (C) Quando houver controvérsia na interpretação de cláusula contratual trabalhista, esta será interpretada, por observância literal de princípio, sempre em desfavor na parte que redigiu o contrato.
- (D) Salvo se expressamente previsto em convenção coletiva, é permitido ao trabalhador abrir mão de direitos como 13º salário e férias, por exemplo.

38. Com relação à contagem recíproca do tempo de contribuição, em sede de Direito Previdenciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui obrigação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) aceitar a Certidão de Tempo de Contribuição para compensação entre os regimes, não podendo criar óbice para a concessão e implantação do benefício requerido.
- (B) Não se admite compensação financeira recíproca, para efeitos de aposentadoria e de contagem do tempo de contribuição na atividade rural.
- (C) Quando possível, a compensação financeira deverá ser feita ao primeiro sistema a que o interessado esteve vinculado, independentemente daquele a que estava vinculado ao requerer o benefício.
- (D) É permitida a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

39. Acerca do Licenciamento Ambiental, assinale a alternativa correta.

- (A) Não estão sujeitos ao licenciamento ambiental os projetos de assentamentos e de colonização.
- (B) As informações do Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (Sislic), e dos órgãos análogos nos níveis estadual e municipal, são altamente sigilosas, devendo o interessado fundamentar sua solicitação.
- (C) O principal objetivo do licenciamento ambiental é o controle pelo Estado da exploração econômica de insumos naturais, a fim de promover a livre iniciativa e a ampla concorrência dos indivíduos que atuam no mercado financeiro.
- (D) Para iniciar um processo de licenciamento ambiental no Ibama, o interessado deverá preencher a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), que é o formulário eletrônico padrão de solicitação de licenciamento definido pelo Ibama.

40. De acordo com a legislação vigente sobre crimes ambientais, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui crime contra a flora destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. A pena é reduzida de um terço a um sexto se o crime é cometido sobre floresta ainda em estado de formação.
- (B) Considera-se crime administrativo ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- (C) É circunstância que atenua a pena o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- (D) Os animais apreendidos serão libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, instituições científicas, culturais ou educacionais, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

PROVA DISSERTATIVA – RASCUNHO

INSTRUÇÕES

A **Prova Dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada.

A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo para a Prova Dissertativa, acarretará a eliminação do candidato do Concurso Público.

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **Prova Dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

A **Prova Dissertativa** conterá **4 (quatro)** questões e deverá ser redigido um texto de 05 (cinco) a 10 (dez) linhas.

1. O controle de constitucionalidade tem por objetivo avaliar a legitimidade de determinado ato normativo em face da respectiva Constituição. No caso do sistema federativo, ante a autonomia de que são dotados os entes públicos, esses parâmetros de controle podem ser múltiplos, a depender da Constituição utilizada como paradigma para avaliação da validade de uma norma. No caso peculiar brasileiro, o Distrito Federal ocupa uma posição particular na federação, por cumular competências próprias de Estado e Município. Considerando o exposto, de forma fundamentada, responda:

a) É cabível controle de constitucionalidade de ato normativo em face da lei orgânica do Distrito Federal?

b) Quem é o órgão jurisdicional competente para exercer esse controle pela via concentrada, caso possível?

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

2. As medidas provisórias podem ser expedidas pelos Estados da federação brasileira? Quanto aos requisitos de relevância e urgência, esses atos se encontram sujeitos ao controle jurisdicional? Explique.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

3. Determinado indivíduo ocupa imóvel público dominical e nele constrói um lava-jato, com base no qual passa a desempenhar atividade econômica. Destaque-se que esse indivíduo possui moradia própria e outros dois estabelecimentos responsáveis por lhe garantir os recursos necessários para sua subsistência. Nesse lava-jato, foram construídas uma sede administrativa e a estrutura logística para o funcionamento da atividade. Considerando que os prazos legais foram obedecidos e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, responda:

- a) O indivíduo possui direito à usucapião do bem?
- b) Caso seja dada resposta negativa ao item “a”, ele possui direito à indenização por benfeitorias realizadas?
- c) Qual a natureza da ocupação realizada por ele em relação ao bem público?

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10

4. A respeito da desapropriação, responda:

- a) O que é desapropriação indireta?
- b) Qual o prazo prescricional para requerimento de indenização pelo particular nessa modalidade de desapropriação?

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10